

Mais*

MUNICÍPIOS PODEM SOLICITAR A GESTÃO DAS PRAIAS À UNIÃO - E, ASSIM, EXPLORÁ-LAS COMERCIALMENTE

PRAIAS PARA ALUGAR

Thais Borges

REPORTAGEM

thais.borges@reddebahia.com.br

Cidades baianas planejam gerar divisas com sua borda litorânea

A paradisíaca Mucuri, no Extremo Sul do estado, tem 36 quilômetros de praias. Na alta estação, a ocupação hoteleira chega a 100%. Mesmo assim, a gerente da pousada Trilha do Sol, Kênia Lisboa, não consegue lembrar de quando a cidade recebeu um evento à beiramar. "Chegou a ter um evento de kitesurf, mas já tem um tempo que não acontece. Deveria ter, como campeonatos de vôlei de praia. Se tivesse, beneficiaria o turismo", opina.

Só que a forma como a praia é ocupada deve mudar em breve - e uma das intenções da administração local é de passar a receber eventos privados com frequência. Desde março, Mucuri é uma das três cidades baianas que já fazem a gestão de suas próprias praias. Tradicionalmente, era a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) a responsável por isso, mas, desde julho do ano passado, os municípios que querem gerir o uso privado de sua orla já podem solicitar ao órgão federal. A concessão é de 20 anos, podendo ser renovada.

Na Bahia, seis municípios já fizeram o pedido à SPU. Além de Mucuri, Canavieiras e Ilhéus, também na região Sul, tiveram propostas aprovadas. Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador, e Valença, no Sul, aguardam análise do órgão, e Caravelas, no Extremo Sul, teve a solicitação negada.

Na prática, todos que passarem a gerir suas praias terão obrigações que vão desde a elaboração de um Projeto Orla até notificar construções irregulares. Só que as prefeituras devem aumentar a arrecadação com os serviços oferecidos. Se, antes, existia uma taxa que deveria ser paga à União e ao município, agora a prefeitura incorpora os dois valores e pode fazer a exploração comercial da praia.

Há projetos que vão desde a realização de casamentos e festivais de música à construção de um estacionamento público. No caso de Mucuri, o secretário de Turismo da cidade,



JOSÉ NAZAL / DIVULGAÇÃO

Ilhéus, que tem mais de 75 km de praia, é uma das cidades que já fazem a gestão de sua própria orla

Paulo Goés, explica que, para eles, o mais importante é que o município vai poder agir em situações em que ficava de mãos atadas.

A possibilidade de arrecadação com eventos já é vislumbrada - mas não 'qualquer tipo'. É o caso de cavalgadas e qualquer outro que a prefeitura entenda que haverá impacto ambiental.

"Em um casamento, a gente sabe que há um uso muito grande de descartáveis. Isso é algo que deve ser levado à Câmara, mas a intenção é que libere para esse tipo de evento", garante Goés, citando festivais de música. Ainda não está definido quanto será cobrado por m² de ocupação da praia.

VAGAS

Em Ilhéus, o vice-prefeito José Nazal explicou que o projeto da orla existe desde 2006. As margens de onde está sendo construída a nova ponte da cidade, a prefeitura pretende criar um estacionamento público para mais de 860 vagas para automóveis, além de 80 para motocicletas e oito para ônibus. "A gente tem uma demanda grande no Verão dos navios e fica congestionando o centro".

Segundo o secretário municipal de Comunicação, Alcides Kruschewsky, ainda não há lei de Zona Azul na cidade, mas o estacionamento será público. "Nunca fizemos projetos de exploração comercial porque não tínhamos autonomia. Mas, agora, está aberta essa possibilidade, inclusive para trazer setores de restaurantes e praças de microempreendedores".

O prefeito de Canavieiras, que também já recebeu a autorização, Clóvis Almeida (PPS), reforçou que é importante organizar a orla e fazer o planejamento arquitetônico. "É para ter um estilo das barracas padronizadas e um turismo modernizado".

METRO QUADRADO

No caso de Caravelas, a SPU negou o pedido de gestão das praias. A justificativa era de que a cidade - que abriga o Arquipélago de Abrolhos - não possuía praias urbanas. O prefeito Sílvio Ramalho (MDB) explicou que o resultado foi por falta de parte da documentação enviada ao órgão federal. Segundo ele, o que faltava já foi remetido.

O prefeito já pretende aumentar o número de quiosques da praia - Caravelas tem "10 ou 15 barracas, mas suporta muito mais". Entre os municípios baianos, parece ser a que já tem

Saúde Pesquisadores ainda não sabem por que a depressão atinge mais as mulheres

PÁG. 14

Elio Gaspari Lula está em um regime muito pior que o vivido por Darcy Ribeiro em 1969

PÁG. 16

mais bem estruturado como serão os eventos acolhidos pela prefeitura. Um dos planos é um campeonato de canoagem - tanto no rio quanto em alto-mar. "Claro que vamos disponibilizar para eventos, como campeonatos, que trazem turistas para a cidade. Isso pode trazer recursos", afirma ele, que adianta que o aluguel do m² deve ser de R\$ 40.

PRAIAS PRIVATIVAS

Na verdade, como aponta a procuradora regional da República da 2ª Região Gisele Porto, os municípios já podiam fiscalizar o uso inadequado das praias, mas dependiam da SPU para autorizar eventos e montagens. "Entretanto, mesmo com a transferência da gestão, a legislação de proteção continua tendo que ser respeitada: o que a SPU não podia autorizar por vedação legal, o município também não poderá". É o caso de atividades permanentes que privatizam a praia e proibidas por lei.

A partir daí, a SPU e o MPF devem acompanhar preventivamente se os municípios estão cumprindo as exigências do termo de transferência. Segundo a procuradora, a SPU está montando um grupo de trabalho, com o MPF, para observar cada gestão. O secretário geral do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Luiz Antônio de Souza, professor da Uneb e da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Ufba, vê a mudança para as prefeituras com ressalvas.

Ele diz que é preciso ter cuidado com interesses privados. A exploração comercial, na visão dele, seria um risco - é o que chama de mercantilização da praia. "Muitos municípios no Brasil que estão solicitando isso são frágeis, do ponto de vista da gestão". E, como alerta, a praia é o único lazer de uma parcela significativa da população.

Para o professor de Engenharia Ambiental da Unifacs Ícaro Moreira, a possibilidade dada aos municípios traz benefícios e desafios. "Praias baianas têm grande importância ecológica. O Porto da Barra, por exemplo, tem ecossistemas costeiros sensíveis, como recifes de corais e costões rochosos. Se não tiver uma secretaria do meio ambiente atuante, pode haver impacto".

Outras espécies que podem ser afetadas são as faunas associadas aos recifes - como peixes e crustáceos que vivem ali. Eventos que não sejam sustentáveis, por exemplo, podem elevar o nível de matéria orgânica e aumentar a turbidez da água. Uma das ações para evitar isso seria fazer um mapeamento das praias - e, assim, identificar e evitar as mais vulneráveis.

AS PIONEIRAS

1 CANAVIEIRAS

SEGUNDO O PREFEITO, CLÓVIS ALMEIDA (PPS), É IMPORTANTE ORGANIZAR A ORLA E FAZER O PLANEJAMENTO ARQUITETÔNICO DA OCUPAÇÃO DA PRAIA. "E PARA TER UM TURISMO MODERNIZADO".

2 CARAVELAS

A ÚNICA QUE TEVE O PEDIDO NEGADO JÁ TEM O VALOR DO ALUGUEL: R\$ 40 POR M². UM DOS PLANOS DO PREFEITO É FAZER UM CAMPEONATO DE CANOAGEM NO RIO E EM ALTO-MAR.



PREFEITURA DE CARAVELAS/DIVULGAÇÃO

3 ILHÉUS

O MUNICÍPIO TEM APROXIMADAMENTE 75 QUILOMETROS DE PRAIA. AS MARGENS DE ONDE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA A NOVA PONTE, A PREFEITURA PRETENDE CRIAR UM ESTACIONAMENTO PÚBLICO.

4 MUCURI

A CIDADE TEM 36 KM DE PRAIA E POSSIBILIDADE DE ARRECAÇÃO COM EVENTOS JÁ E VISLUMBRADA. MAS NÃO VAI SER 'QUALQUER TIPO' DE EVENTO QUE SERÁ LIBERADO. É O CASO DE CAVALGADA.



PREFEITURA DE MUCURI/DIVULGAÇÃO

5 LAURO DE FREITAS

O MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) SOLICITOU A GESTÃO, MAS O PEDIDO AINDA ESTÁ EM ANÁLISE PELA SPU. A PREFEITA MOEMA GRAMACHO (PT) NÃO FOI LOCALIZADA.

6 VALENÇA

O MUNICÍPIO DO SUL DA BAHIA SOLICITOU A GESTÃO DAS PRAIAS, MAS O PEDIDO AINDA ESTÁ EM ANÁLISE PELA SPU. O PREFEITO RICARDO MOURA (MDB) FOI PROCURADO, MAS NÃO FOI LOCALIZADO.

Cidade em SP tem casamentos na orla

Em todo o Brasil, mais de 60 cidades já solicitaram à União que façam a gestão das próprias praias. É o caso do Guarujá, município no litoral de São Paulo que já desponta como um dos locais que já desenvolveram a própria gestão das 27 praias espalhadas por 22 quilômetros de costa.

Para a secretária de Turismo do Guarujá, Thaís Marinho, a gestão das praias pelo município é uma tendência inevitável. "A gente tem consciência de que há mais responsabilidade do que simplesmente gozar dessa concessão. Nós trabalhamos o turismo matrimonial, que é o casamento na praia. Antes, tudo que era feito na praia ia para a SPU [Superintendência do Patrimônio da União]. Agora (o recurso arrecadado) vai para o fundo municipal de turismo", explica.

Como tudo ainda é muito recente, o município ainda discute como será feita a cobrança por m² no solo em eventos. Assim, enquanto isso não é definido, existe uma taxa fixa de R\$ 521,46, referente ao código tributário do município - que incorpora desde taxas de abertura de requerimento de

processo à taxa de ocupação de solo de faixa de areia. Além disso, cada casal paga R\$ 1 mil pelo evento, que deve ter, no máximo, 80 pessoas. Em alguns fins de semana, há dois casamentos por dia numa mesma praia.

ESTUDOS DE IMPACTO

Atualmente, a prefeitura do Guarujá está conduzindo um estudo de impacto na orla, uma vez que costumam ter muitas solicitações para eventos na faixa de areia. Shows, contudo, são proibidos devido a uma determinação do Ministério Público Federal.

"Mas uma apresentação de uma orquestra sinfônica, por exemplo, poderia. Temos decretos que falam de código de postura para ter um norte para nossa praia. Temos que dizer: 'a praia é nossa, mas a ordem precisa ser cumprida para manter a harmonia entre turistas, banhistas e gestão pública', explica a secretária.

Esta semana, a prefeitura divulgou uma convocação para interessados em apresentar um estudo de viabilidade econômica e estrutural da orla. "Queremos que mostrem o diagnóstico das praias para atuar melhor".

Salvador: grupo de estuda avalia gestão

Embora Salvador não tenha um dos municípios que solicitaram a transferência da gestão, a prefeitura tem a intenção de fazer isso nos próximos meses, segundo o secretário municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, Sérgio Guanabara. A pasta chegou, inclusive, a criar um grupo de estudo com a Secretaria Municipal da Casa Civil para definir como será essa gestão.

Para Guanabara, em até seis meses, a transferência deve ter sido concluída. "A gente priorizou outros assuntos, como o Centro de Convenções, o Hub de Tecnologia e o Hospital Municipal, que eram processos que já tínhamos iniciado, para concluir. Agora que eles já deram partida, a gente vai se dedicar a esse assunto", afirma, referindo-se aos projetos entregues na última semana.

SEM EXPLORAÇÃO

No entanto, ele adianta que a prefeitura não pretende fazer exploração econômica da

orla. Ou seja, não deve alugar espaços para eventos privados, por exemplo. Um dos motivos para essa escolha, segundo ele, é o fato de que a cidade teria investido na criação de outros locais próximos à borda marítima, disponíveis para a realização de eventos, como o próprio Centro de Convenções e o Parque dos Ventos, ambos na Boca do Rio.

"Nosso propósito é que (a orla) seja dedicada à requalificação, para que ela se reintegre aos calçadões. O que estamos fazendo hoje é deixar esse cenário para que a população possa contemplar o Oceano Atlântico e a Baía de Todos os Santos", diz o secretário, que defendeu, ainda, que o município já requalificou a costa marítima com as reformas realizadas nos últimos anos.

Mesmo assim, ele explica que a prefeitura passará a ter mais autonomia para eventos na praia, "mas sem prejuízo da sustentabilidade" - seria o caso, por exemplo, do Carnaval na Barra.